

Búfalo Silos e Logística S.A.

CNPJ/MF nº 20.494.004/0001-80

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em Milhares de Reais)

Balancos patrimoniais				Demonstrações do resultado			
Ativo	Notas	2017	2016	Passivo	Notas	2017	2016
Circulante		190	980	Circulante		59	285
Caixa e equivalentes de caixa		-	200	Contas a pagar	6	55	112
Títulos e valores mobiliários	4	128	725	Provisões trabalhistas		-	64
Impostos a recuperar		44	37	Obrigações fiscais		4	109
Adiantamentos a fornecedores		18	18	Patrimônio líquido		2.127	5.846
Não circulante		1.996	5.151	Capital social	7.a	15.996	14.596
Imobilizado	5	1.996	5.151	Prejuízos acumulados		(13.869)	(8.750)
Total do ativo		2.186	6.131	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.186	6.131

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social			Prejuízos acumulados	Total
	Capital Subscrito	Capital a integralizar	Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Saldos em 1º/01/2016	5.846	(675)	-	(3.347)	1.824
Aumento de capital (Nota 7.a)	8.750	675	-	-	9.425
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.403)	(5.403)
Saldos em 31/12/2016	14.596	-	-	(8.750)	5.846
Aumento de capital (Nota 7.a)	1.400	-	-	-	1.400
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.119)	(5.119)
Saldos em 31/12/2017	15.596	-	-	(13.869)	2.127

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – a) **Objeto social:** A Búfalo Silos e Logística S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Búfalo Silos Participações S.A., é uma sociedade anônima com prazo de duração indeterminado, regida pelos dispositivos legais aplicáveis em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e suas alterações posteriores. O endereço do escritório da Companhia é na Avenida VP 08 Folha 26, sn-quadra 14, lote 01, sala 507 do Edifício Amazon Center, Nova Marabá, Marabá/PA. Seus atos constitutivos de 15/12/2014, foram arquivados na JUCESP em sessão de 12/01/2015, sob o registro 35300474503 decorrente da transformação de Brasil Warelog Ltda. em sociedade anônima, deu início em suas atividades conforme contrato social arquivado em sessão de 25/06/2014 sob a denominação de Finvest IV Participações Ltda. Em Assembleia Geral Extraordinária de 10/02/2015, arquivada na JUCESP em sessão de 18 março de 2015, alterou a denominação anterior para a atual. b) **Plano Estratégico:** A Companhia como objetivo estratégico a construção e implementação de uma estação de transbordo de carga rodoviária para fluvial, na cidade de Marabá-PA, com capacidade para descarregar, armazenar e carregar cargas múltiplas de grãos e seus derivados "Empreendimento Portuário". Para tanto foi adquirido um determinado terreno em uma área estratégica para o desenvolvimento do projeto. A aquisição do imóvel estava condicionada às várias condições resolúvas e/ou suspensivas, que basicamente definiam a continuidade do negócio e do projeto, tais como regularização do imóvel, obtenção de licenças ambientais, demanda pelos serviços futuros a serem prestados ali. Como tais condições não foram superadas a administração da Companhia optou por descontinuar o desenvolvimento do empreendimento, além da rescisão contratual do contrato de compra do terreno, estão trabalhando na monetização do ativo existente para encerramento da empresa. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Em função dos assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1.b, as demonstrações financeiras da Companhia contemplam ajustes e provisões requeridas considerando o pressuposto da não continuidade operacional, a qual é consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e análise de recuperabilidade dos ativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras 2017

foram devidamente aprovadas pela Diretoria da Companhia em 26/04/2018. **3. Principais práticas contábeis adotadas** – As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes: a) **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados nas seguintes categorias: Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: são ativos financeiros mantidos para negociação, quando adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante; Outros passivos mensurados pelo custo amortizado: são passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** São classificados nesta rubrica os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das respectivas transações e com risco insignificante de mudança de seu valor. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria "Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado". Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. c) **Imobilizado:** Obras em andamento, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. No imobilizado em andamento, são classificados todos os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta, custos de legalização, adiantamentos para futura construção e aquisição de terrenos e outros gastos que a Companhia incorrer na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação, quando são reclassificados para as contas específicas do grupo Imobilizado. c) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com

	Notas	2017	2016
Resultado financeiro líquido	8	26	77
Despesas gerais e administrativas	9	(5.145)	(5.480)
Prejuízo do exercício		(5.119)	(5.403)
Prejuízo por lote de mil ações (em R\$)	3.c	(0,320)	(0,370)

Demonstrações do resultado abrangente

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(5.119)	(5.403)
Total do resultado abrangente do exercício	(5.119)	(5.403)

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais	2017	2016
Prejuízo do exercício	(5.119)	(5.403)
Rendimentos em títulos e valores mobiliários	(26)	(81)
Depreciações	4	4

Variações nas contas de ativo e passivo

Adiantamentos a fornecedores	-	(18)
Impostos a recuperar	(7)	(17)
Contas a pagar	(57)	(1.010)
Obrigações fiscais	(105)	30
Provisões trabalhistas	(64)	64
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(5.374)	(6.431)

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aplicação em títulos e valores mobiliários	(1.366)	(9.313)
Resgates de títulos e valores mobiliários	1.989	8.893
Aquisições do imobilizado (Nota 5)	3.151	(2.383)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	3.774	(2.803)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Aumento de capital	1.400	9.425
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.400	9.425
Aumento (redução) líquido (a) do caixa e equivalentes de caixa	(200)	(191)
No início do exercício	200	9
No final do exercício	-	200

Aumento (redução) líquido (a) do caixa e equivalentes de caixa

	(200)	191
--	--------------	------------

base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. d) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para Imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para Contribuição Social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. e) **Prejuízo por ação:** O resultado por ação foi calculado de acordo com o Art. 187 inciso VII da Lei nº 6404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado (DRE), o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (Resultado do exercício dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras). f) **Apuração do resultado:** As receitas e as despesas são apresentadas de acordo com o objeto social específico da Companhia, seguindo o regime de competência. g) **Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Convergência do IASB ("International Accounting Standards Board") e FASB ("Financial Accounting Standards Board") sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes. Correlação às normas internacionais de contabilidade – IFRS 16 – Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2018.
CPC47 – Receitas de contratos com clientes	Correlação às normas internacionais de contabilidade – IFRS 16 – Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2018.
CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil	A Companhia pretende adotar as novas normas e/ou alterações na data de vigência requerida com base no método aplicável a cada pronunciamento podendo ser sua apresentação de forma retrospectiva ou prospectiva. Na avaliação preliminar da Companhia não se espera que essas modificações possam ter um impacto significativo em suas demonstrações financeiras, principalmente no que se refere ao reconhecimento de receita, uma vez que a Companhia já adota práticas cujos efeitos contábeis estariam muito próximos àqueles requeridos pelo CPC 06 (R2), bem como para o reconhecimento de receita para a Companhia, conforme CPC 47, quando aplicável. Adicionalmente, em relação ao CPC 48, também na avaliação preliminar da Companhia não se espera que essas modificações possam ter um impacto significativo sobre os seus instrumentos financeiros. Não há outros pronunciamentos ou interpretações de IFRS/CPC's que ainda não entraram em vigor até a data de emissão	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º/01/2019.

continua ...